

Rogério Antonio Lopes

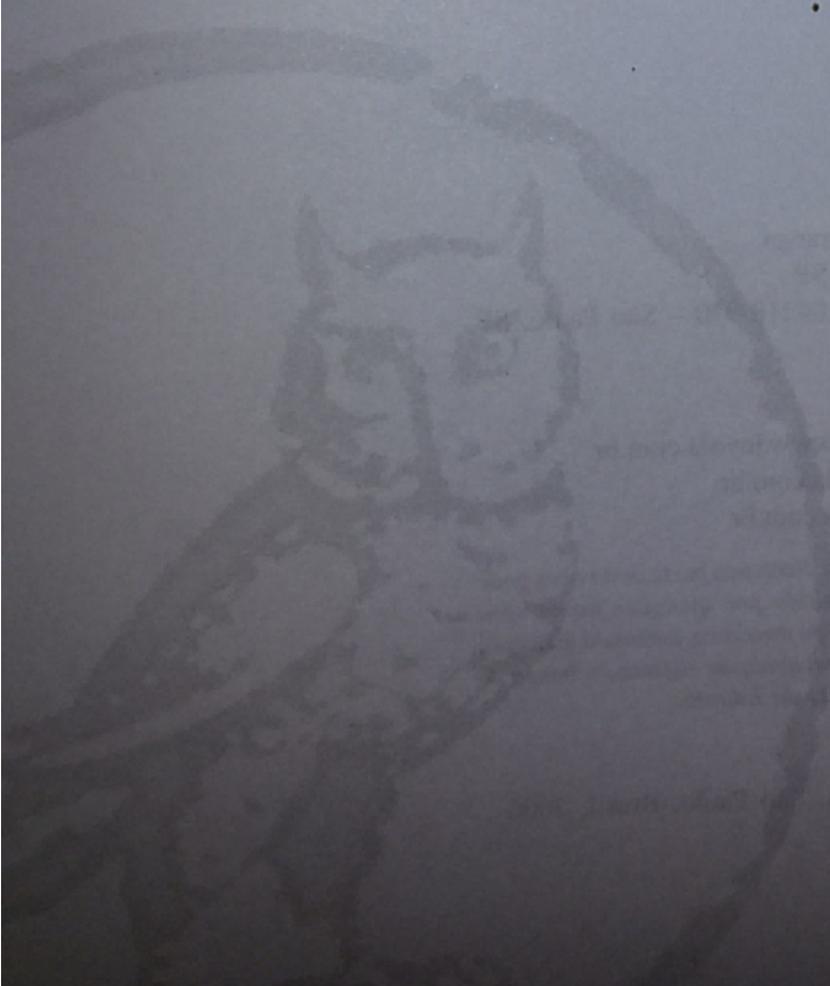
ELEMENTOS DE RETÓRICA
EM NIETZSCHE




Edições Loyola

Rogério Antonio Lopes

ELEMENTOS DE RETÓRICA
EM NIETZSCHE




Edições Loyola

PREPARAÇÃO: Maurício B. Leal
DIAGRAMAÇÃO: So Wai Tam
REVISÃO: Carlos Alberto Bárbaro

Edições Loyola
Rua 1822 n° 347 – Ipiranga
04216-000 São Paulo, SP
Caixa Postal 42.335 – 04218-970 – São Paulo, SP
☎ (11) 6914-1922
☎ (11) 6163-4275

Home page e vendas: www.loyola.com.br
Editorial: loyola@loyola.com.br
Vendas: vendas@loyola.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN: 85-15-03191-4

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2006

Sumário

Agradecimentos	11
Abreviaturas	13
Introdução	15

PRIMEIRA PARTE

A tematização nietzschiana da retórica

Capítulo I	
A virada retórica em Nietzsche	25
SEÇÃO 1. Prelúdio: os desafios da retórica nas obras publicadas por Nietzsche (o Caso Heidegger)	26
SEÇÃO 2. As lições de Nietzsche sobre a retórica	36
Capítulo II	
Origens do método genealógico, pergunta pelo valor e teorias da verdade	65

SEGUNDA PARTE
A prática nietzschiana da retórica

Capítulo III

A prova ética e o paradigma indiciário	99
SEÇÃO 1. Retórica como expressão: o lugar da prova ética	101
SEÇÃO 2. O valor heurístico do paradigma indiciário e a construção dos tipos	133

Capítulo IV

Estratégias de argumentação e formas de exposição	153
SEÇÃO 1. O adeus ao monopólio do <i>elenchos</i> : Nietzsche contra Sócrates, ou polêmica <i>versus</i> refutação	155
SEÇÃO 2. Entre aforismo e ensaio: retórica como estratégia de apresentação	198

Conclusão	221
-----------------	-----

Referências bibliográficas	229
A) Bibliografia específica	229
B) Comentadores de Nietzsche	230
1. Livros	230
2. Artigos	232
C) Retórica e argumentação	233
D) Outros títulos	235

Introdução

Em alguns de seus diálogos, Platão recorre ao termo *átopos* para descrever a impressão produzida por Sócrates em seus interlocutores. A “estranheza” é apresentada como um sentimento ambíguo, resultante da incapacidade demonstrada pela nobreza ateniense para encontrar parâmetros na tradição que permitissem uma avaliação satisfatória da presença socrática na Pólis. Antes do desfecho trágico diante do tribunal ateniense, em suas “andanças críticas por Atenas”, Sócrates teve oportunidade de se confrontar dialeticamente com os inúmeros *tópoi* que ordenavam o *ethos* grego e de constatar a fragilidade das estruturas de legitimação de uma cultura prestes a desaparecer. A perplexidade dos atenienses diante do *elenchos* socrático é uma perplexidade causada por um ponto de interrogação diante de uma questão que poucos pressentiram como vital. Depois de Sócrates, a filosofia estará periodicamente associada a esta experiência de crise da cultura.

Que Platão tenha sido o primeiro a compreender a extensão desta crise e a propor uma solução extrema para a questão é algo que marcará definitivamente a história da filosofia. A estranheza comunicada por

Sócrates aos seus contemporâneos será reinterpretada por Platão não como o sintoma de um rompimento com os padrões da tradição, mas como o efeito mais visível de um discurso que se enuncia de um não-lugar, ou antes, de um discurso capaz de anular, pela via aberta pelo conceito, as marcas da sua própria enunciação. A exigência que Platão coloca para a filosofia é a de um não-lugar, e tem como consequência a negação do engajamento perspectivístico da discursividade filosófica.

Nietzsche talvez tenha sido um dos poucos filósofos a pressentir a total estranheza de Sócrates e a retomar a figura desta estranheza como parte constitutiva do *ethos* filosófico (esta retomada se dá, talvez não de forma inteiramente acidental, em um momento de crise sem precedentes na cultura ocidental). Mas, diferentemente de Platão, e talvez até mesmo contra Sócrates, Nietzsche aponta incessantemente para a impossibilidade de se interpretar esta estranheza a partir de um *átopos*, de um não-lugar. Não é possível à filosofia fundar absolutamente a sua discursividade, pois o filósofo não dispõe de um acesso privilegiado a um padrão transcendente. Também a filosofia está condenada ao perspectivismo e, pela nova configuração de forças advinda com a Modernidade, até mesmo o recurso a uma “mentira piedosa” sobre o lugar de origem de sua enunciação lhe é vedado.

Uma das peculiaridades da obra de Nietzsche consiste no fato de a constatação da impossibilidade de instaurar absolutamente o discurso filosófico não ter conduzido o filósofo a uma tentativa de reconciliar-se com os padrões de legitimação aceitos pela “comunidade” ou obtidos via consenso. Este é o débito que Nietzsche tem com Platão (ou Sócrates): a figura da estranheza é mantida na imagem que Nietzsche constrói do filósofo. A polêmica contra Platão se inicia na medida em que esta figura é reinterpretada de modo a incorporar a metáfora do perspectivismo. Se o filósofo não pode desconsiderar o lugar da sua enunciação, ele pode contudo deslocar-se continuamente de posição, de modo a articular e incorporar o maior número possível de perspectivas (isso não quer dizer que seja concebível uma incorporação exaustiva de todas as perspectivas possíveis, o que corresponderia à imagem do “olho divino”). Se o filósofo não pode tornar-se *átopos*, ele pode contudo tornar-se “extemporâneo”, ou seja, ele pode (e tem que) ten-

tar superar os preconceitos da sua própria época, tornando-se a “má consciência” do seu tempo. Isso não se dá mediante uma faculdade demiúrgica de instauração de novos valores *ex nihilo*, mas por meio da confrontação com a experiência de outras culturas. A “extemporaneidade” é uma exigência que só pode ser feita ao filósofo moderno e cumprida por ele, pois somente a nossa época dispõe da “sensibilidade histórica” como de um sexto sentido. A “extemporaneidade” é uma estratégia que permite ao filósofo moderno compensar (ou contornar) o que por outro lado é um mero sintoma de fragilidade. A capacidade de relativizar todos os sistemas de valores é um dado constitutivo da consciência histórica. Segundo a avaliação de Nietzsche, o século XIX teria superestimado esta capacidade ao identificá-la com uma vontade de julgar corretamente o passado sem precedentes na história da humanidade. A capacidade de relativizar sistemas de valores não é uma característica necessariamente negativa da Modernidade, mas ela só pode se converter em elemento positivo quando devidamente orientada pela virtude da justiça. Esta é a mais rara das virtudes, e não deve ser confundida com o desejo de ser justo, muito menos com a absoluta indiferença em relação ao passado. A indiferença conduz a uma atitude irônica em relação aos seus próprios valores que está muito próxima do cinismo, descrito por Nietzsche como a “arte de viver bem com seu próprio tempo”.

A retomada da retórica em Nietzsche é não apenas um dos principais indicadores de sua “extemporaneidade”, como muitas vezes ela também fornece os meios para que o filósofo possa produzir este efeito de “extemporaneidade” em seus leitores. O interesse pelos elementos retóricos na obra de Nietzsche surgiu do desejo de compreender certas perplexidades (estranhezas) que sua leitura certamente nos comunica. Hannah Arendt dizia que compreender não é o mesmo que perdoar, mas um esforço para encontrar padrões de julgamento adequados a um determinado evento. Tal esforço encontra-se na origem deste livro. Nele procuramos apresentar os primeiros resultados de uma reflexão sobre a experiência singular que a leitura de Nietzsche nos proporciona. Esta reflexão está orientada pela escolha de elementos que julgamos importantes, propõe certas articulações que julgamos pertinentes

e sugere algumas hipóteses que julgamos relevantes. A princípio podemos imaginar que seria possível destacar outros elementos importantes, estabelecer outras conexões entre estes elementos e operar com hipóteses diversas e igualmente plausíveis. Ou seja, este livro não é a primeira nem será a última palavra sobre a questão retórica em Nietzsche. Mas ele terá cumprido seu papel se, dentro dos limites modestos daquilo que fomos capazes de vislumbrar, for capaz de despertar em alguns leitores o desejo de uma futura interlocução.

Falemos então dos limites da nossa pesquisa. A segunda parte deste estudo cobre um leque muito amplo de obras, o que pode parecer uma delimitação temerária, ou mesmo uma ausência de delimitação do objeto de análise. As evidências textuais para algumas hipóteses de leitura sugeridas ao longo dos capítulos III e IV são extraídas de obras compostas em períodos diferentes da produção nietzschiana. Isto não significa que consideremos irrelevante o debate sobre continuidades e rupturas no interior da obra de Nietzsche. Sempre que a questão se mostrou relevante procuramos sugerir alguns critérios de diferenciação. Mas a incidência deste debate sobre o tema da retórica em Nietzsche nos parece ter sido minimizada, pelo menos parcialmente, em função de uma delimitação mais precisa do escopo do nosso trabalho. O critério usado para a delimitação do escopo da nossa investigação não é de ordem cronológica, mas de ordem temática. Procuramos enumerar uma série de elementos na prática discursiva de Nietzsche que podem ser descritos como retóricos. Em linhas gerais, poderíamos ordená-los sob quatro rubricas diversas: 1) elementos que se referem ao domínio da expressão; 2) elementos que envolvem procedimentos de descoberta; 3) elementos que envolvem estratégias de argumentação; 4) elementos relacionados à forma de apresentação dos argumentos. Mas mesmo em relação ao tema escolhido, e aos vários elementos que lhe estão associados sob as quatro rubricas propostas, há ainda uma ulterior delimitação: optamos por não tratar dos chamados "grandes temas" da filosofia nietzschiana (exceto por uma rápida menção na seção 1 do capítulo I), geralmente designados pelas cinco expressões seguintes: vontade de poder, eterno retorno, super-homem, morte de Deus (nihilismo) e transvaloração dos valores. Ao operarmos este recor-

te, ficam evidentes as limitações do nosso trabalho no que se refere às estratégias retóricas de Nietzsche como um todo. Uma análise exaustiva da retórica nietzschiana, se isso é possível, teria necessariamente que levar em conta esta dimensão, digamos, mais propositiva da obra e, deste modo, enfrentar a dificuldade, que decorre imediatamente disso, de articular o âmbito propriamente genealógico com as pretensões crítico-normativas que parecem aflorar com os referidos “grandes temas”. Aqui, procuramos sugerir (a título de conjectura) que o enfoque genealógico funciona como uma espécie de propedêutica à tarefa normativa. O debate sobre o estatuto que Nietzsche concederia aos “grandes temas”, em especial ao princípio explicativo da “vontade de poder” e à tese cosmológica do “eterno retorno”, incide diretamente sobre a questão de se devemos ou não filiar sua obra a uma filosofia de linhagem metafísica: se estes temas devem ser interpretados ou como meros “experimentos mentais”, destinados a cumprir uma função reguladora para a cultura, ou como a expressão das convicções ontológicas de Nietzsche, às quais ele atribuiria o estatuto de “verdades últimas” acerca da essência do ente na sua totalidade (vontade de poder) e do modo de existência destes entes (eterno retorno). O fato de estes temas encontrarem sua acolhida em *Zaratustra*, uma obra de cunho ficcional, parece favorecer a primeira posição. Para os defensores da segunda alternativa, resta sempre o recurso aos inúmeros fragmentos póstumos que procuram articular estes temas com as teses desenvolvidas pelas diversas ciências naturais contemporâneas a Nietzsche. O debate sobre o estatuto dos “grandes temas” introduz novos elementos no tema da retórica: por exemplo, o fato de que há mudanças substanciais no comportamento argumentativo do autor conforme nos deslocamos de *Zaratustra* para os *fragmentos póstumos*. Este é um debate que deve ainda ser enfrentado, como pré-requisito para uma compreensão mais madura das estratégias discursivas da filosofia nietzschiana. Esta advertência deve ser feita, ainda que frustre de antemão alguns leitores: não fornecemos neste livro nenhuma chave de leitura que permita compreender, do ponto de vista retórico, uma obra tão singular quanto *Zaratustra*, nem tampouco tratamos diretamente das pretensões normativas de Nietzsche.

O leitor encontrará no início de cada capítulo um rápido resumo do que será tratado nas suas respectivas seções. O livro está organizado em quatro capítulos, distribuídos em duas partes, que gozam de relativa autonomia. Caso o leitor tenha interesse apenas pela prática retórica de Nietzsche, então é aconselhável que inicie sua leitura pelo capítulo III. A primeira parte (exceto a seção I, que trata de aspectos metodológicos) concentra-se em dois textos de juventude, os únicos nos quais o filósofo trata da retórica de forma temática. Nesses textos a retórica é analisada em conexão com o tema da linguagem e da percepção (*Curso sobre a retórica*) e com o tema da verdade (*Sobre verdade e mentira no sentido extramoral*). Optamos por um comentário que segue a ordem de exposição adotada por Nietzsche nesses textos póstumos. O objetivo é expor os vários temas tratados por Nietzsche, procurando elucidar o modo como eles se articulam ao tema da retórica. A parte propriamente interpretativa do capítulo I consiste na confrontação com a leitura de Paul de Man acerca do significado da tematização da retórica em Nietzsche e de suas possíveis repercussões. Consideramos insustentável a tese, defendida por De Man, de que haveria em Nietzsche uma compreensão exclusivamente tropológica do fenômeno retórico. No capítulo II propomos uma avaliação geral dos resultados obtidos por Nietzsche em *Sobre verdade e mentira*. Sugerimos a hipótese de que muitos dos argumentos apresentados nesse ensaio inacabado só podem ser plenamente compreendidos se lidos a partir de um enfoque protogenealógico, o que permitiria dissolver certos paradoxos historicamente associados à recepção desse texto.

A segunda parte deste trabalho procura identificar certos elementos na prática discursiva de Nietzsche que podem ser descritos como retóricos. Não operaremos com um conceito muito rígido de “retórica”, nem tampouco com um conjunto acabado de procedimentos discursivos que poderiam ser identificados de forma *a priori* como retóricos. A segunda metade do século XX assistiu a inúmeras retomadas da retórica, mas estamos ainda distantes de um consenso dos estudiosos acerca do modo como devemos circunscrever esta dimensão do fenômeno discursivo, de modo que dispomos hoje de vários modelos concorrentes de análise retórica, todos eles passíveis de agredir a especifi-

cidade de uma obra filosófica. Em função dessa proliferação de modelos, da indecisão na terminologia, da ausência de uma delimitação mais precisa do fenômeno retórico e das especificidades irreduzíveis do texto nietzschiano (assim como de qualquer outro texto filosófico), decidimos isolar alguns elementos discursivos que podem ser alinhados a rubricas bastante amplas, sem que se convertam em leito de Procusto: elementos discursivos que remetem ao próprio autor (domínio expressivo da linguagem, relacionado à prova ética); elementos discursivos que se referem aos procedimentos de descoberta (valor heurístico do paradigma indiciário); elementos discursivos que configuram o relacionamento com a tradição (confrontação entre a estratégia argumentativa que se pauta pela refutação e a estratégia polêmica em Nietzsche); e, finalmente, elementos discursivos que visam a um determinado auditório (domínio do estilo, estratégias argumentativas e formas de exposição). Com exceção dos procedimentos de descoberta (capítulo III, seção 2), todos os elementos destacados na segunda parte deste estudo pressupõem em alguma medida a figura do leitor. Neste sentido, o conceito de “auditório” é aquele que melhor traduz o que há de comum entre os vários elementos discursivos que propomos descrever como “retóricos”. Um elemento discursivo é retórico na medida em que visa produzir um certo efeito em determinado auditório, ou na medida em que argumenta a partir de um determinado auditório. Este efeito de linguagem pode ser de natureza expressiva — este aspecto está relacionado à preocupação de Nietzsche com o estilo, um traço que sempre mereceu a atenção dos comentadores (capítulo III, seção 1) — ou de natureza argumentativa (capítulo IV, seções 1 e 2). Este último aspecto está relacionado à dimensão da prova, da validação e invalidação de teses e da apresentação dos argumentos. Aqui ousaríamos dizer que há um considerável descaso por parte dos comentadores. Esta relativa indiferença pelos aspectos argumentativos da retórica nietzschiana talvez se deva ao fato de, durante boa parte da filosofia moderna, ter prevalecido uma compreensão muito estreita e rígida da noção de prova, comprometida com o ideal de uma transposição, para o âmbito dos debates filosóficos, dos procedimentos demonstrativos da matemática. Se quisermos ser esquemáticos, diremos que prevaleceu a

compreensão cartesiana de prova, o que nos cegou para a existência de inúmeros outros procedimentos argumentativos, muito mais condizentes com as nossas atuais, bem mais modestas, expectativas racionais. Excluir a dimensão argumentativa do discurso filosófico seria o mesmo que liquidá-lo, mas submetê-lo às exigências da prova demonstrativa seria o mesmo que o condenar à impostura. É neste hiato que julgamos poder encontrar a originalidade da prática discursiva de Nietzsche.